

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS CAXIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS E LITERATURAS EM LÍNGUA
PORTUGUESA

GLENDAY THAYSSA TEIXEIRA DOS SANTOS

**LEITURA LITERÁRIA COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE LEITORES
AUTÔNOMOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CAXIAS-MA
2025

GLENDATHAYSSATEIXEIRADOSANTOS

**LEITURALITERÁRIACOMOINSTRUMENTODEFORMAÇÃODELEITORES
AUTÔNOMOSNOSANOSFINAISDOENSINFUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Letras,
do Centro de Estudos Superiores de
Caxias (CESC), da Universidade Estadual
do Maranhão (UEMA)-Campus
Caxias, como pré-requisito para obtenção
do grau de Licenciatura em Letras.
Orientador (a): Prof.^a Dra. Maria Evelta
Santos de Oliveira

CAXIAS-MA

2025

GLENDA THAYSSA TEIXEIRA DOS SANTOS

**LEITURA LITERÁRIA COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE LEITORES
AUTÔNOMOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada junto ao curso de
Licenciatura em Letras da Universidade
Estadual do Maranhão (UEMA) – Campus
Caxias para obtenção de grau de
Licenciatura em Letras.

Aprovado em: 15/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA EVELTA SANTOS DE OLIVEIRA**
Data: 15/01/2026 10:18:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra Maria Evelta Santos de Oliveira (Orientadora)

UEMA

Documento assinado digitalmente
 **EVALDINO CANUTO DE SOUZA**
Data: 15/01/2026 22:29:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Evaldino Canuto de Sousa

UEMA

Documento assinado digitalmente
 **MAURA REJANNE AMARAL RODRIGUES AMORIM**
Data: 15/01/2026 11:33:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.Dra. Maura Rejanne Amaral Rodrigues Amorim

UEMA

S2371 Santos, Glenda Thayssa Teixeira dos

Leitura literária como instrumento de formação de leitores autônomos nos anos finais do ensino fundamental / Glenda Thayssa Teixeira dos Santos. __Caxias: Campus Caxias, 2025.

42f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof^a. Dra. Maria Evelta Santos de Oliveira.

1. Leitura literária. 2. Letramento literário. 3. Autonomia leitora. 4. Ensino fundamental. 5. Mediação docente. I. Título.

CDU 028.6:373.3

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por guiar meus passos, fortalecer minha fé e sustentar minha caminhada até aqui. Sua presença constante me deu coragem mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço também ao meu querido amigo São José, pela intercessão e proteção que me acompanharam durante toda essa jornada.

À minha família, deixo minha mais profunda gratidão por todo amor, paciência, compreensão e por sempre acreditar no meu potencial. Cada gesto, cada palavra de incentivo e cada demonstração de cuidado foram essenciais para que eu permanecesse firme e acreditasse em mim. Este trabalho não é apenas meu: é também de vocês.

Sou imensamente grata às minhas amigas, que tornaram essa caminhada mais leve e significativa. Obrigada pelo apoio, pelas risadas, pela parceria nos momentos difíceis, pelas conversas sinceras, pela amizade e pelos momentos compartilhados que levarei para a vida.

À minha orientadora, Maria Evelta, agradeço por sua dedicação, paciência e orientação, que foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e intelectual.

Agradeço também à professora Marinalva Aguiar, da disciplina de Produção Acadêmica-Científica, e a todos os professores que fizeram parte da minha formação, contribuindo para o desenvolvimento do meu espírito profissional e humano. Cada ensinamento deixou marcas significativas em minha trajetória.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, me ajudaram a chegar até aqui.

RESUMO

O presente trabalho analisa como a leitura literária, nos anos finais do Ensino Fundamental, contribui para a formação de leitores autônomos. A pesquisa discute os conceitos de leitura literária e letramento literário, bem como os desafios enfrentados pelos estudantes, que muitas vezes associam a leitura apenas a tarefas escolares e avaliações. Fundamentado em autores como Colomer (2007a), Cosson (2009), Soares (2003) e Solé (1998), o estudo examina o papel do professor como mediador e leitor-modelo, além das implicações da escolarização da literatura para a autonomia leitora. Pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, evidencia que práticas pedagógicas significativas, aliadas a um ambiente escolar que valoriza a literatura, ampliam o repertório cultural dos alunos, estimulam o pensamento crítico e favorecem o desenvolvimento de uma postura leitora mais independente. Os resultados obtidos evidenciam que a autonomia leitora deve ser trabalhada desde as etapas iniciais da formação escolar, para que os estudantes desenvolvam, ao longo do tempo, uma relação mais consciente e independente com a leitura. Constatou-se, ainda, que é fundamental promover um olhar para a leitura literária que ultrapasse práticas avaliativas tradicionais, como provas, resumos e atividades mecânicas, possibilitando ao aluno vivenciar a literatura como experiência significativa, formativa e ampliadora de sentidos.

Palavras-chave: leitura literária; letramento literário; autonomia leitora; Ensino Fundamental; mediação docente.

ABSTRACT

This study analyzes how literary reading, in the final years of Elementary School, contributes to the formation of autonomous readers. The research discusses the concepts of literary reading and literary literacy, as well as the challenges faced by students, who often associate reading only with school tasks and assessments. Based on authors such as Colomer (2007a), Cosson (2009), Soares (2003) and Solé (1998), the study examines the role of the teacher as mediator and reading model, in addition to the implications of the school-based treatment of literature for reading autonomy. This qualitative, bibliographic research shows that meaningful pedagogical practices, together with a school environment that values literature, broaden students' cultural repertoire, stimulate critical thinking, and support the development of a more independent reading posture. The results indicate that reading autonomy should be encouraged from the early stages of schooling so that students gradually develop a more conscious and independent relationship with reading. The study also highlights the importance of promoting an approach to literary reading that goes beyond traditional evaluative practices, such as tests, summaries, and mechanical activities, allowing students to experience literature as a meaningful, formative, and sense-building practice.

Keywords: literary reading; literary literacy; reading autonomy; Elementary School; teaching mediation.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Concepções de Leitura Literária e Letramento Literário.....	12
2.1 Leitura literária: conceito e funções	14
2.2 Letramento literário: conceito e implicações pedagógicas	17
3. A AUTONOMIA LEITORA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL....	21
3.1 Concepções de autonomia na leitura literária	22
3.2 Desafios enfrentados pelos estudantes dos anos finais do ensino fundamental.	25
4. A LEITURA LITERÁRIA COMO INSTRUMENTO DE LEITORES AUTÔNOMOS	29
4.1 Estratégias pedagógicas de incentivo à leitura literária.....	32
4.2 O papel do professor como mediador	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

A leitura literária é um dos pilares da formação do leitor, pois vai além da simples decodificação de palavras e proporciona experiências estéticas, críticas e reflexivas. Na escola, sua importância cresce nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), etapa marcada por mudanças cognitivas, emocionais e sociais. Nessa fase, a literatura pode favorecer o desenvolvimento da autonomia leitora, estimulando a imaginação, a criticidade e a construção da identidade do estudante.

Apesar de sua relevância, observa-se que muitos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental demonstram pouco interesse pela leitura literária, considerando-a uma atividade obrigatória e distante de suas vivências. Esse desinteresse é intensificado pelo predomínio das tecnologias digitais e de conteúdos rápidos, que reduzem o espaço para leituras mais profundas e reflexivas. Esse cenário representa um desafio para a escola, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa, e exige novas estratégias de mediação que possam ressignificar o contato dos estudantes com os textos literários.

A escolha por este tema justifica-se pela necessidade de compreender as causas e consequências desse afastamento e propor práticas pedagógicas que possam despertar o gosto pela literatura. Refletir sobre essa questão é relevante em três dimensões: científica, porque contribui para o debate acadêmico sobre letramento literário e formação de leitores; social, porque a autonomia leitora é fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos; e profissional, porque oferece subsídios para o trabalho docente, ajudando o professor a mediar a leitura de forma mais significativa.

Nesse contexto, formula-se a seguinte questão-problema: **como a prática da leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa pode contribuir para a formação de leitores autônomos nos anos finais do Ensino Fundamental?** A resposta a essa questão é importante porque permite compreender a literatura não como uma obrigação escolar, mas como uma prática significativa e transformadora, capaz de desenvolver competências interpretativas, autonomia leitora e consciência crítica.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar de que modo a leitura literária, nos anos finais do Ensino Fundamental, contribui para o desenvolvimento da autonomia leitora dos alunos. Para alcançar esse propósito, os objetivos específicos consistem, primeiramente, em investigar as principais dificuldades enfrentadas por esses estudantes em seu processo de formação leitora; em seguida, analisar as práticas pedagógicas que favorecem o trabalho com a leitura literária e colaboram para a construção da autonomia no ato de ler; e, por fim, identificar os benefícios promovidos pelo contato com o texto literário nessa etapa de ensino, com ênfase no fortalecimento da autonomia leitora e no desenvolvimento das habilidades de interpretação textual.

A justificativa desta pesquisa encontra respaldo na necessidade de valorizar a literatura na escola como prática formativa. Em um contexto em que muitos jovens consideram a leitura literária distante de suas vivências, é urgente repensar estratégias de mediação. A literatura amplia horizontes, estimula a imaginação, fortalece o repertório linguístico e cultural e favorece a construção da autonomia. Trata-se, portanto, de um instrumento pedagógico essencial para que os estudantes avancem na construção do pensamento crítico e desenvolvam-se como leitores autônomos.

A pesquisa desenvolvida possui caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise de obras de referência e produções acadêmicas que tratam da leitura literária, do letramento literário e da formação de leitores. Como base teórica, serão utilizados autores como Antonio Candido (2004), Rildo Cosson (2009), Magda Soares (2009), Isabel Solé (1998), Teresa Colomer (2007) e Regina Zilberman (1988), além de documentos oficiais da educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa fundamentação possibilitará refletir sobre as concepções de leitura literária e as práticas pedagógicas que favorecem a autonomia leitora nos anos finais do Ensino Fundamental. Além da introdução, que representa o capítulo 1, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. O capítulo 2 apresenta as concepções de leitura literária e de letramento literário, discutindo conceitos, funções e implicações pedagógicas. O capítulo 3 analisa a autonomia leitora nos anos finais do Ensino Fundamental, destacando concepções, desafios enfrentados pelos estudantes e o papel do professor como mediador. O capítulo 4 aborda a leitura literária como instrumento de formação de leitores autônomos, contemplando tanto estratégias pedagógicas de incentivo à prática leitora quanto o papel do professor como mediador, destacando como essas ações contribuem para o desenvolvimento

crítico e autônomo dos alunos. Por fim, o capítulo 5 apresenta as considerações finais, retomando os resultados alcançados e as contribuições desta pesquisa.

2. CONCEPÇÕES DE LEITURA LITERÁRIA E LETRAMENTO LITERÁRIO

A leitura literária configura-se como prática que ultrapassa a mera decodificação de palavras, oferecendo ao leitor experiências estéticas, reflexivas e críticas. Ela permite que o estudante construa sentido, desenvolva a imaginação, amplie seu repertório cultural e consolide sua autonomia interpretativa. Nesse contexto, Rildo Cosson (2009, p. 45) destaca que “a prática da literatura, seja pela leitura, seja pela escritura, consiste exatamente em uma exploração das potencialidades da linguagem, da palavra e da escrita, que não tem paralelo em outra atividade humana”. Essa perspectiva evidencia que a leitura literária não se limita ao ambiente escolar, mas constitui prática singular, capaz de estimular a criatividade, a sensibilidade e a reflexão crítica do leitor.

Historicamente, o estudo da leitura literária tem suas raízes nos debates sobre o papel da literatura na formação do indivíduo e da sociedade. Pesquisadores e educadores têm enfatizado que a leitura não deve ser tratada apenas como instrumento de avaliação ou obrigação curricular, mas como prática que favorece a construção de significados, a formação estética e a reflexão social. Nesse sentido, a leitura literária contribui para a formação de leitores conscientes de seu papel no mundo, capazes de interpretar, questionar e dialogar com diferentes contextos culturais e sociais.

A leitura literária não se restringe à experiência individual ela também contribui para a construção da identidade social e cultural do leitor. Ao interagir com diferentes narrativas, o estudante é convidado a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, estabelecendo conexões entre sua experiência pessoal e a coletividade. Dessa forma, a literatura atua não apenas na formação crítica, mas também na construção de identidade e no diálogo com a comunidade, tornando a leitura uma prática socialmente significativa e transformadora.

De maneira complementar, o letramento literário pode ser compreendido como a apropriação crítica e social da leitura literária, orientada para a construção de sentido em diferentes contextos culturais e pedagógicos. Ele vai além da experiência estética,

articulando a dimensão interpretativa da leitura à prática educativa, de modo a formar leitores capazes de refletir sobre o mundo, sua própria identidade e a comunidade em que estão inseridos.

O letramento literário tem como objetivo promover a autonomia leitora, a criticidade e o engajamento cultural do estudante, consolidando a leitura como prática social significativa. Nesse sentido, Cosson (2009, p. 47) enfatiza:

Adotamos como princípio do letramento literário a construção de uma comunidade de leitores. É essa comunidade que oferecerá um repertório, uma moldura cultural dentro da qual o leitor poderá se mover e construir o mundo e a ele mesmo. Para tanto, é necessário que o ensino da Literatura efetive um movimento contínuo de leitura, partindo do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo, do semelhante para o diferente, com o objetivo de ampliar e consolidar o repertório cultural do aluno.

Essa abordagem evidencia que o letramento literário não se limita à aquisição de técnicas de leitura, mas envolve a formação de leitores críticos, autônomos e culturalmente engajados. Por meio do letramento, o professor assume o papel de mediador, planejando estratégias pedagógicas que possibilitem ao estudante construir conhecimento de forma significativa, ampliar seu repertório cultural e interpretar textos com profundidade.

A importância do letramento literário reside na sua capacidade de transformar a leitura em prática social e educativa, fortalecendo a competência interpretativa, autonomia leitora e o senso de pertencimento a uma comunidade leitora. Ele permite que a literatura deixe de ser apenas conteúdo escolar e se torne instrumento de formação integral do estudante, estimulando reflexão crítica, valorização da diversidade cultural e desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais essenciais para a vida acadêmica e cidadã.

As concepções de leitura literária e de letramento literário se apresentam como complementares: enquanto a primeira valoriza a experiência sensível e interpretativa do leitor, a segunda orienta a aplicação pedagógica dessa experiência, transformando a leitura em prática educativa e socialmente relevante. Compreender essas dimensões é essencial para repensar práticas escolares, favorecer a formação de leitores autônomos, críticos e culturalmente engajados, e orientar estratégias de mediação que despertem o interesse e o envolvimento do estudante com a literatura.

Nesse panorama, a leitura literária e o letramento literário configuram-se como pilares centrais para a educação contemporânea, articulando a dimensão estética,

crítica e social do ato de ler. Mais do que desenvolver habilidades cognitivas, eles promovem autonomia interpretativa, consciência cultural e formação ética, preparando o estudante para interagir de forma crítica, reflexiva e criativa com o mundo ao seu redor. Ao integrar a prática da leitura à mediação pedagógica, o professor transforma a escola em espaço de experiências literárias significativas, capazes de despertar interesse, engajamento e prazer pela literatura. Dessa forma, a leitura deixa de ser mera atividade escolar e se torna instrumento de formação integral, consolidando leitores autônomos, críticos e socialmente conscientes, aptos a compreender, dialogar e transformar a realidade em que estão inseridos.

2.1 Leitura literária: conceito e funções

Historicamente, a leitura literária sempre desempenhou papel central na formação do indivíduo e na construção cultural das sociedades. Contudo, o acesso a leitura literária não foi universal. Durante séculos, o estudo da literatura e da escrita esteve restrito a grupos privilegiados, principalmente aos filhos das classes mais abastadas, enquanto a maioria da população, desfavorecida economicamente, não tinha oportunidades de aprender a ler ou se apropriar da escrita. Esse acesso desigual à educação reforçava as barreiras sociais, limitando o conhecimento, a participação cultural e a mobilidade social. A leitura, nesse contexto, não se constituía apenas como prática intelectual, mas também como privilégio de poucos, reproduzindo desigualdades estruturais e exclusões históricas.

Além disso, no século XXI, esse panorama passou por profundas transformações. A Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito à educação, reconhecendo a escola como espaço de democratização do saber e de acesso universal à leitura e à escrita. Nesse contexto contemporâneo, a leitura literária deixa de ser privilégio restrito a determinadas classes sociais, tornando-se instrumento fundamental de formação de cidadãos críticos, autônomos e socialmente engajados. Todavia, embora o acesso formal à educação esteja assegurado, persistem desafios relacionados ao desenvolvimento do hábito de leitura, à mediação pedagógica e à valorização da literatura como prática significativa para todos os estudantes. Como afirma Candido (2004, p. 174), a literatura não deve ser vista apenas como entretenimento, mas como um direito humano fundamental, indispensável à formação integral:

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade. Não é possível haver equilíbrio social sem que se conceda a todos o acesso aos bens culturais, e, dentre eles, a literatura é um dos mais necessários, porque humaniza em sentido profundo e permite o exercício da imaginação, da reflexão e da sensibilidade.

No Brasil, até meados do século XX, o acesso à literatura nas escolas ainda era precário e marcado pela seletividade cultural. As obras escolhidas estavam, em sua maioria, associadas ao cânone literário, valorizando uma visão elitista de cultura e excluindo vozes populares ou marginalizadas. Essa herança histórica ainda reverbera na escola contemporânea, que muitas vezes mantém uma visão engessada e distanciada da literatura. Como lembra Zilberman (2003, p. 14), “a leitura literária sempre foi instrumento de poder, distinguindo aqueles que detêm o acesso à cultura escrita dos que dela permanecem afastados”. A afirmação reforça que o direito à literatura é também o direito à participação social e cultural, sendo a escola o espaço fundamental para garantir esse acesso.

Por outro lado, no âmbito escolar, observa-se que a leitura literária frequentemente se restringe à sala de aula, sendo trabalhada de forma mecânica e muitas vezes descontextualizada da realidade dos alunos. Esse enfoque reduz o potencial formativo da leitura, tornando-a uma atividade vista como obrigatória, cansativa ou pouco atrativa. Muitos estudantes chegam aos anos finais do Ensino Fundamental sem o hábito de leitura e, diante de aulas pouco estimulantes, desenvolvem resistência à literatura, associando-a a tarefas monótonas e desmotivadoras. Já Magda Soares (2003, p. 91), ao tratar da importância do letramento em diferentes dimensões, reforça que a leitura literária deve ultrapassar a técnica e atingir o campo das práticas sociais:

A escola precisa assumir que ensinar a ler e escrever não significa apenas ensinar a decodificar, mas sim inserir os sujeitos em práticas sociais de leitura e escrita. No caso da literatura, trata-se de possibilitar aos alunos o contato com textos que ampliem sua imaginação, sua criatividade e sua capacidade crítica, oferecendo experiências que não seriam possíveis fora da mediação pedagógica.

Apesar dessa compreensão, o que se observa em muitas escolas é que o trabalho com literatura acaba sendo desenvolvido de forma mecânica, burocrática e pouco atrativa. Os alunos, já pouco habituados ao contato com os livros, enfrentam uma mediação pedagógica que não desperta interesse, mas sim reforça a visão da leitura como tarefa cansativa e sem relevância. Sobre esse aspecto, Cosson (2009, p.

28) ressalta: “Se o professor não apresentar a literatura de forma significativa e viva, os estudantes tenderão a vê-la apenas como um exercício escolar, sem ligação com sua vida e sem valor para além da sala de aula.” Essa constatação evidencia a importância de se repensar o papel do professor como mediador da leitura. A literatura não pode ser apresentada de forma descontextualizada, mas sim como experiência estética, crítica e prazerosa, capaz de criar vínculos entre texto, leitor e realidade.

Assim, a leitura literária deve ir além da decodificação de palavras, promovendo experiências estéticas, cognitivas e sociais que integrem a vida cotidiana do estudante, seus interesses pessoais e a compreensão do mundo. Cabe ao professor mediar essa experiência, organizando atividades que favoreçam interpretação crítica, produção textual, debate e diálogo sobre as narrativas. Ao criar situações de aprendizagem diversificadas, o docente contribui para a formação de leitores capazes de interpretar, questionar e se posicionar diante de diferentes contextos, transformando a leitura em prática significativa e culturalmente relevante.

No contexto escolar, a leitura literária se articula de forma intrínseca às aulas de Língua Portuguesa, pois não apenas amplia o repertório linguístico do estudante, mas também fortalece sua capacidade de interpretação, análise crítica e reflexão sobre textos. Ao integrar literatura e linguagem, o ensino de Língua Portuguesa deixa de ser apenas uma prática de decodificação e passa a constituir-se como espaço de construção de sentidos, promoção do letramento e desenvolvimento da autonomia leitora, permitindo ao aluno relacionar a experiência pessoal ao conhecimento cultural mais amplo.

Nessa perspectiva, a função da leitura literária, ultrapassa o desenvolvimento técnico da leitura e da escrita. Ela permite ao aluno estabelecer conexões entre sua experiência pessoal e o conhecimento cultural mais amplo, estimulando a imaginação, a reflexão crítica e a construção da identidade. Ao dialogar com textos literários, o estudante aprende a perceber múltiplos sentidos, comparar experiências humanas e desenvolver empatia, habilidades essenciais para sua formação como cidadão crítico e participante da sociedade. Nesse contexto, a mediação docente desempenha papel central, pois é por meio de estratégias pedagógicas inovadoras e envolventes que se pode despertar interesse, motivação e o gosto pela leitura, fortalecendo o vínculo do aluno com o texto literário e com sua própria cultura.

Ao mesmo tempo, é preciso compreender que a leitura literária é um direito e, como tal, deve ser garantida a todos. Cândido (2004) lembra que a literatura é um

bem indispensável, tão necessário à vida quanto os outros direitos sociais básicos, como saúde e educação. Dessa forma, trabalhar a leitura literária na escola é também promover justiça social, oferecendo aos estudantes oportunidades de acesso a bens culturais que historicamente foram negados às camadas mais pobres da população. Quando a escola cumpre esse papel, rompe-se com a visão elitista da literatura e reforça-se seu caráter democrático, acessível e transformador.

Outro aspecto que merece destaque é a forma como o professor conduz a leitura em sala de aula. Muitas vezes, a prática pedagógica tradicional, centrada em resumos, fichamentos ou questionários padronizados, distancia os alunos da literatura, tornando-a uma experiência cansativa. No entanto, quando o docente cria situações de leitura compartilhada e promove rodas de conversa, dramatizações ou produções criativas a partir do texto, o estudante passa a enxergar a literatura como espaço de diálogo, reflexão e liberdade. Cosson (2006, p. 23) reforça essa ideia ao afirmar que “o letramento literário é um processo contínuo de formação, em que o estudante não apenas aprende a ler literatura, mas aprende com a literatura”. Essa perspectiva amplia a função da literatura, destacando-a como meio para o desenvolvimento integral do aluno e não apenas como objeto de estudo.

Portanto, pode-se afirmar que a leitura literária, quando abordada de forma crítica e significativa, possibilita ao estudante desenvolver competências que vão além do ambiente escolar. Ela contribui para a formação de cidadãos mais conscientes de sua realidade, mais empáticos diante das diferenças e mais capazes de interagir com a diversidade cultural do mundo contemporâneo. Ao ser incorporada às práticas escolares de maneira criativa, a literatura cumpre sua função humanizadora, ampliando horizontes e possibilitando ao aluno não apenas compreender o mundo, mas também transformá-lo.

2.2 Letramento literário: conceito e implicações pedagógicas

O termo Letramento é relativamente recente no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas, surgindo para nomear a necessidade de ir além da simples alfabetização. Conforme destaca Soares (2003, p. 18), “letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da

escrita”. Essa definição evidencia que o letramento não se limita ao domínio técnico da leitura e da escrita, mas envolve a apropriação crítica da linguagem nas práticas sociais, culturais e educacionais, possibilitando que indivíduos e grupos participem ativamente das demandas da sociedade contemporânea.

O surgimento do termo reflete mudanças sociais e culturais que exigem novas competências comunicativas. Novas formas de interação social, o acesso ampliado à informação e a multiplicidade de textos em diferentes mídias demonstram que não basta apenas saber decodificar palavras: é necessário saber utilizar a leitura e a escrita de forma funcional, crítica e reflexiva. Assim, o letramento surge para designar a apropriação efetiva da linguagem, permitindo que o sujeito participe de forma ativa na sociedade e compreenda os textos dentro de seus contextos sociais e culturais.

Essa transformação social e cultural implica mudanças profundas na condição do indivíduo que se torna letrado. Conforme observa Soares (2003, p. 37):

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural- não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura- sua relação com outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

Por outro lado, no âmbito escolar, observa-se que muitos estudantes, embora tenham adquirido a habilidade de decodificar palavras, ainda encontram dificuldades para compreender o sentido dos textos que leem. Essa situação evidencia que saber ler e escrever mecanicamente não garante compreensão plena nem prazer pela leitura. Nesse contexto, o letramento literário se apresenta como uma prática pedagógica essencial, a ser desenvolvida desde os primeiros anos de escolarização, de modo que os alunos possam perceber a leitura como atividade significativa e prazerosa, construindo autonomia, criticidade e repertório cultural.

O letramento literário consiste na apropriação da literatura como prática social e educativa, permitindo que o leitor interprete, dialogue e se reconheça nas narrativas. Rildo Cosson (2009, p. 47) enfatiza que:

Adotamos como princípio do letramento literário a construção de uma comunidade de leitores. É essa comunidade que oferecerá um repertório, uma moldura cultural dentro da qual o leitor poderá se mover e construir o mundo e a ele mesmo.

Essa perspectiva evidencia que a formação leitora não é um processo individual, mas coletivo e social, no qual a escola desempenha papel central ao proporcionar experiências literárias diversificadas e significativas. A construção dessa comunidade de leitores permite que o estudante dialogue com os textos, compartilhe interpretações e amplie seu repertório cultural, desenvolvendo autonomia e criticidade.

Segundo Soares (2003, p. 23), “só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever”. Essa ideia reforça que o letramento literário exige apropriação crítica da linguagem e participação ativa nas práticas sociais. A leitura literária, nesse sentido, deve ser mediada de forma a estimular a compreensão interpretativa, a análise crítica e a reflexão sobre si mesmo e o mundo ao redor, fortalecendo o vínculo do estudante com a literatura e com sua própria identidade cultural.

O letramento literário possui implicações pedagógicas diretas e significativas. Em primeiro lugar, ele demanda que o professor desenvolva estratégias de ensino que integrem leitura, interpretação e produção textual. Isso significa propor atividades que incentivem a leitura reflexiva, a análise de diferentes gêneros literários, a produção de textos e a discussão crítica em sala de aula. Dessa forma, o estudante não apenas aprende a decodificar palavras, mas compreende seu sentido, desenvolve autonomia e participa do diálogo cultural.

A mediação docente, nesse contexto, deve priorizar experiências diversificadas que promovam engajamento e prazer pela leitura. Entre essas estratégias, destacam-se a leitura compartilhada, debates sobre temas literários, dramatizações, produção de resenhas e comentários críticos, análise de textos de diferentes épocas e culturas, além do uso de recursos multimídia que ampliem a experiência literária. Todas essas práticas contribuem para consolidar o letramento, fortalecendo a compreensão, a criticidade e a capacidade de dialogar com diferentes contextos culturais.

A apropriação da linguagem literária transforma a leitura em processo ativo, coletivo e social, contribuindo para a formação de identidade cultural e construção de sentido pessoal e coletivo. Dessa forma, a leitura literária mediada pelo letramento favorece a construção de identidade, ampliação de repertório cultural e formação de leitores autônomos. Ao reconhecer seu papel na sociedade, compreender múltiplos pontos de vista e construir interpretações próprias, o estudante articula o

conhecimento escolar à vivência cotidiana, consolidando a leitura literária como prática significativa, prazerosa e transformadora.

Do ponto de vista pedagógico, o letramento literário implica repensar as metodologias de ensino. Não se trata apenas de ler obras literárias em sala de aula, mas de construir um espaço de diálogo, debate e interpretação crítica, no qual o estudante possa atribuir sentidos pessoais e coletivos ao texto. Zilberman (1993) enfatiza que a leitura literária precisa ser entendida como prática social e cultural, sendo função da escola criar condições para que ela ocorra de forma contínua e significativa.

Além disso, torna-se relevante considerar o papel da cultura digital no processo de letramento literário, especialmente porque os jovens de hoje têm amplo acesso às tecnologias e passam grande parte do tempo em ambientes virtuais. Assim, aproveitar esses espaços nos quais os alunos já estão inseridos pode favorecer sua aproximação com a leitura e contribuir para o desenvolvimento da autonomia leitora. Se, por um lado, os meios digitais apresentam desafios, por outro, também oferecem inúmeras possibilidades educativas, permitindo que a literatura circule em diferentes formatos e alcance os estudantes de maneira mais significativa. Nesse sentido, inserir práticas de letramento literário no meio digital amplia as oportunidades de interação com os textos, favorece a participação ativa dos estudantes e potencializa o processo formativo.

Por fim, é importante destacar que o letramento literário não se restringe à apropriação técnica da leitura, mas envolve a inserção do estudante em práticas de leitura que dialoguem com sua realidade e estimulem o desenvolvimento da sensibilidade estética. Quando o professor promove atividades que articulam a literatura às vivências dos alunos, a leitura deixa de ser percebida como obrigação escolar e passa a ser reconhecida como experiência formadora. Nessa perspectiva, Colomer (2007) ressalta que a literatura, ao apresentar múltiplas vozes e pontos de vista, permite ao estudante compreender diferentes realidades e refletir sobre sua própria posição no mundo.

3. A AUTONOMIA LEITORA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A autonomia leitora constitui uma competência essencial para a formação integral do estudante, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, fase em que os estudantes demonstram maior maturidade cognitiva, emocional e social. Nesse período, observa-se o desenvolvimento de um pensamento mais crítico, reflexivo e independente, o que torna possível, e mesmo indispensável, o fortalecimento da autonomia em relação à leitura. Mais do que compreender textos, o aluno passa a ser capaz de construir sentidos, elaborar interpretações próprias e estabelecer relações entre o que lê e o contexto sociocultural em que está inserido.

O desenvolvimento da autonomia leitora nessa etapa da escolarização representa, portanto, um processo formativo decisivo, pois prepara o estudante para os desafios das etapas subsequentes de sua trajetória acadêmica e pessoal. No Ensino Médio, nas avaliações externas e nos processos seletivos, como o Enem e outros exames de ingresso ao ensino superior, a competência leitora assume papel central, uma vez que envolve habilidades de interpretação, análise, argumentação e posicionamento crítico diante das informações. Todavia, essa autonomia extrapola os limites do ambiente escolar, contribuindo para que o indivíduo compreenda a realidade social, adote uma postura crítica frente às diversas linguagens e participe de forma consciente e ativa da vida cidadã.

Refletir sobre o desenvolvimento da autonomia leitora implica, portanto, compreender o ato de ler como uma prática social e formativa, que ultrapassa o simples domínio técnico da decodificação. Nesse sentido, Zilberman (1988, p. 20) afirma que:

Pensar a questão da formação do leitor não significa, portanto, constatar tão-somente uma crise de leitura; o tema envolve, antes de mais nada, uma tomada de posição relativamente ao significado do ato de ler, já que se associa a ele um elenco de contradições, originário, de um lado, da organização específica da sociedade brasileira, de outro, do conjunto da sociedade burguesa e capitalista. Ele congrega planos diversos — o sociológico, o hermenêutico, o ideológico — que não podem ser separados sob pena de o fenômeno sofrer profunda deformação.

A reflexão proposta por Zilberman evidencia que a formação do leitor está intrinsecamente ligada a fatores sociais e culturais, e que compreender a leitura

apenas como uma habilidade técnica reduz seu potencial emancipador. A leitura, nesse sentido, deve ser concebida como uma prática de liberdade, capaz de ampliar a consciência crítica e favorecer o exercício da cidadania. Essa concepção dialoga com o pensamento de Freire (1989,p.9), que considera que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, defendendo que o ato de ler está sempre relacionado à interpretação da realidade e à capacidade de transformá-lo.

O papel do professor nesse processo é, portanto, estratégico. Mais do que transmitir conteúdos, o educador atua como mediador da leitura, orientando o aluno na interpretação dos textos, propondo atividades que instiguem a reflexão crítica e promovendo a construção de sentidos próprios. Cosson (2014, p. 17) reforça que “o letramento literário é o processo de apropriação da literatura enquanto construção de sentido, uma prática social que deve ser aprendida e exercitada”, evidenciando que a autonomia leitora se fortalece por meio da interação contínua com o texto, do incentivo à reflexão e da prática orientada. Assim, o professor organiza o ambiente de leitura de forma que o aluno perceba a literatura não apenas como conteúdo escolar, mas como instrumento para compreender o mundo e a si mesmo.

Além da mediação pedagógica, a própria prática de leitura contribui para o desenvolvimento da autonomia. Quanto maior o contato do estudante com diferentes gêneros, estilos e narrativas, mais ampliado se torna seu repertório cultural e interpretativo, permitindo-lhe estabelecer conexões intertextuais e desenvolver uma compreensão crítica mais profunda. Colomer (2007, p. 45) aponta que a leitura literária exige mediação e envolvimento ativo do leitor, e que o desenvolvimento da autonomia depende da capacidade de refletir sobre o texto, dialogar com suas múltiplas camadas de significado e relacionar o conteúdo à própria experiência de vida. Dessa forma, a autonomia leitora emerge como competência formativa central, integrando desenvolvimento cognitivo, reflexão crítica e participação consciente na construção de conhecimento.

3.1 Concepções de autonomia na leitura literária

A literatura acadêmica enfatiza que a autonomia leitora é resultado de um processo de mediação contínua, no qual o educador desempenha papel essencial. Cosson (2014, p. 17) afirma que “o letramento literário é o processo de apropriação

da literatura enquanto construção de sentido, uma prática social que deve ser aprendida e exercitada”, ressaltando que a leitura autônoma não surge espontaneamente, mas depende de estímulos, orientação e prática constante. Essa concepção indica que a autonomia leitora envolve tanto o domínio técnico da leitura quanto a capacidade de reflexão crítica e análise interpretativa. É, portanto, uma habilidade construída gradualmente, que se fortalece à medida que o estudante se envolve com diferentes tipos de textos, amplia seu repertório cultural e recebe suporte pedagógico consistente.

Historicamente, o ensino da literatura tem se estruturado de forma a sustentar a formação do leitor. Zilberman (1988, p. 27) destaca:

Foi assim com o latim e o grego antigo, cujo ensino se apoiava nos textos da Era Clássica, para o aprendizado dessas línguas de uso restrito e para o conhecimento produzido nelas. Tem sido assim com o ensino da literatura em nossas escolas, que, no Ensino Fundamental, tem a função de sustentar a formação do leitor e, no Ensino Médio, integra esse leitor à cultura literária brasileira, constituindo-se, em alguns currículos, uma disciplina à parte da Língua Portuguesa. Essa organização histórica evidencia que, embora a escola reconheça a importância da leitura, muitas vezes ela permanece centrada na transmissão de conteúdos, dificultando o desenvolvimento de uma autonomia efetiva.

Essa reflexão evidencia que a autonomia leitora não se desenvolve de forma espontânea; é necessário que a escola proporcione experiências significativas de leitura, que estimulem o pensamento crítico, a interpretação e a construção de sentido. Nesse processo, o estudante deixa de ser um receptor passivo de informações e passa a atuar como sujeito ativo, capaz de dialogar com os textos, com os autores e com o mundo ao seu redor.

Zilberman (1988, p. 20) reforça que a formação do leitor envolve múltiplos planos: sociológico, hermenêutico e ideológico; que não podem ser separados, sob pena de o fenômeno sofrer deformações. Pensar a leitura dessa forma permite compreender que a autonomia não se restringe à decodificação de palavras, mas inclui a capacidade de interpretar a realidade, estabelecer relações críticas e participar ativamente da vida social.

Além disso, a construção da autonomia leitora está diretamente ligada à prática constante de leitura diversificada, que ofereça ao estudante a oportunidade de explorar diferentes gêneros literários, autores e estilos narrativos. Ao se envolver com textos variados, o aluno desenvolve habilidades de interpretação mais complexas,

reconhece nuances da linguagem, estabelece conexões intertextuais e amplia sua visão de mundo. Essa prática contínua fortalece o repertório cultural do estudante e contribui para sua capacidade de análise crítica, permitindo que ele compreenda não apenas o conteúdo explícito do texto, mas também suas implicações, simbologias e relações com contextos sociais, históricos e culturais mais amplos.

Esse processo de construção da autonomia leitora não ocorre de forma isolada, mas se consolida por meio da mediação pedagógica e do diálogo constante com o professor e com os colegas. A escola desempenha papel estratégico ao criar ambientes de leitura que estimulem a reflexão, a problematização e a expressão pessoal, permitindo que o estudante participe ativamente da construção de sentido. Atividades como debates literários, oficinas de interpretação, dramatizações e projetos de leitura coletiva favorecem o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia, pois desafiam o aluno a relacionar os conteúdos dos textos com suas próprias experiências, opiniões e valores. Dessa maneira, a prática leitora deixa de ser apenas uma exigência escolar e passa a se tornar um espaço de construção intelectual, cultural e social, no qual o estudante é protagonista de seu próprio aprendizado.

Nessa perspectiva, a autonomia leitora também se fortalece quando o estudante desenvolve consciência sobre seus próprios processos de leitura, reconhecendo estratégias que utiliza, dificuldades que enfrenta e caminhos possíveis para superá-las. Essa dimensão metacognitiva, pensar sobre a própria leitura, amplia a capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação das escolhas leitoras, tornando o estudante mais autônomo na seleção de textos, na interpretação e na construção de sentidos. Quando o professor promove atividades que estimulam esse tipo de reflexão, como diários de leitura, autoavaliações e discussões sobre estratégias de compreensão, contribui diretamente para a formação de um leitor que não apenas lê, mas compreende a si mesmo no ato de ler.

A autonomia leitora, portanto, não é um estado a ser alcançado de forma imediata, mas um processo contínuo de construção, que depende da interação entre o estudante, os textos e a mediação pedagógica. É nesse processo que o leitor desenvolve a capacidade de questionar, refletir e interpretar, consolidando sua formação intelectual e cultural e tornando a leitura um instrumento de aprendizado significativo, capaz de influenciar sua compreensão do mundo e seu posicionamento crítico.

3.2 Desafios enfrentados pelos estudantes dos anos finais do ensino fundamental

A leitura literária nos anos finais do Ensino Fundamental constitui uma prática complexa que vai além da simples decodificação de palavras, exigindo interpretação, reflexão crítica e construção de sentidos. Nesse período, marcado por mudanças cognitivas, emocionais e sociais, os estudantes desenvolvem maior capacidade de análise, inferência e articulação entre diferentes textos e experiências de vida. No entanto, para que essa autonomia leitora se consolide, é necessário superar desafios que envolvem fatores cognitivos, motivacionais, familiares, tecnológicos e escolares.

A compreensão e interpretação dos textos, por exemplo, muitas vezes é prejudicada por uma leitura superficial, centrada na memorização ou na busca de respostas corretas para avaliações. Solé (1998) destaca que compreender implica mobilizar conhecimentos prévios e estratégias de leitura, demonstrando que essa habilidade depende de prática constante e mediação pedagógica adequada. Assim, observa-se que dificuldades cognitivas iniciais podem influenciar diretamente a motivação do estudante, criando um ciclo de desinteresse e leitura limitada.

Essa baixa motivação não se manifesta isoladamente, mas está frequentemente relacionada à influência das tecnologias digitais. O consumo excessivo de vídeos, redes sociais e conteúdos interativos de rápida resposta oferece gratificação imediata, tornando a leitura de obras literárias menos atrativa e exigente. Em consequência, estudantes tendem a valorizar conteúdos curtos e visuais, em detrimento da leitura que exige concentração, interpretação e reflexão crítica. Solé (1998, p. 24) reforça:

Ler exige esforço cognitivo, atenção e tempo, enquanto as tecnologias oferecem respostas imediatas e estímulos constantes. Esse contraste evidencia que, no contexto contemporâneo, os estudantes precisam desenvolver competências para resistir à superficialidade e engajar-se com textos que demandam reflexão prolongada, interpretação crítica e construção de significados complexos.

Além disso, o ambiente familiar exerce papel determinante na construção do interesse pela leitura. Quando a leitura é valorizada no lar, discutida e praticada pelos pais, os estudantes tendem a desenvolver hábitos consistentes e maior autonomia leitora. Por outro lado, a ausência de incentivo familiar ou de exemplos de leitura

reforça a percepção de que ler é apenas uma obrigação escolar, desmotivando os alunos. Soares (2003) enfatiza que ninguém se torna leitor por obrigação, mas pela convivência com práticas sociais em que a leitura tem sentido e valor. Esse fator conecta-se diretamente à motivação, pois estudantes que não percebem a leitura como significativa dentro de seu contexto familiar enfrentam maiores dificuldades para engajar-se com os textos literários, perpetuando hábitos de leitura superficiais ou ausentes.

Outro desafio interligado refere-se à limitação do repertório literário e cultural. Estudantes com pouca experiência em diferentes gêneros, autores e estilos narrativos apresentam dificuldades na interpretação de textos mais complexos, na compreensão de figuras de linguagem e na construção de sentidos críticos. O contato constante com obras diversificadas amplia o repertório do aluno, permitindo-lhe fazer conexões intertextuais, refletir sobre múltiplas perspectivas e desenvolver senso crítico.

Nesse sentido, Cosson (2014) observa que “o letramento literário é o processo de apropriação da literatura enquanto construção de sentido, uma prática social que deve ser aprendida e exercitada”, destacando que a prática leitora deve ser constante e mediada para que seja efetiva. Assim, percebe-se que a limitação do repertório, muitas vezes resultante da falta de incentivo familiar e escolar, compromete não apenas a compreensão textual, mas também o desenvolvimento da autonomia leitora.

As condições escolares reforçam e, em muitos casos, ampliam esses desafios. Bibliotecas com acervos desatualizados ou sem mediação adequada restringem o acesso a obras diversificadas e oportunidades de leitura autônoma. A ausência de estratégias pedagógicas inovadoras, como rodas de leitura, oficinas literárias e projetos coletivos, impede a participação ativa dos estudantes, dificultando a construção de sentido próprio e o engajamento crítico com os textos. Colomer (2007) afirma que a leitura literária requer um ambiente de mediação, no qual o professor desempenha papel ativo na construção de sentidos e no incentivo ao diálogo com os textos. Quando os estudantes enfrentam simultaneamente limitações familiares, tecnológicas e escolares, os desafios se combinam, tornando essencial uma atuação articulada entre esses diferentes contextos para promover a leitura significativa.

Além das questões estruturais da escola, os desafios se evidenciam também nas próprias aulas de Língua Portuguesa, onde muitas vezes prevalece uma abordagem excessivamente voltada para gramática normativa, exercícios mecânicos ou preparação para avaliações externas. Quando o ensino de literatura se limita à

análise técnica ou ao cumprimento de conteúdos obrigatórios, perde-se a oportunidade de explorar o texto literário como espaço de diálogo, experiência estética e construção de sentidos. Essa prática reduzida acaba afastando o estudante da leitura, pois transforma o texto literário em objeto de cobrança, e não de descoberta.

Assim, a própria organização curricular e metodológica da disciplina pode dificultar o desenvolvimento da autonomia leitora, sobretudo quando não prioriza atividades interpretativas, projetos de leitura contínua e práticas que permitam ao aluno vivenciar a literatura de maneira significativa e prazerosa. Outro ponto que conecta esses fatores é a escolha inadequada de textos literários. Obras que não dialogam com os interesses, experiências ou realidade dos estudantes desestimulam a leitura, reforçando a ideia de que ler é apenas uma obrigação.

Além disso, muitos alunos ainda dependem excessivamente do professor para interpretar o texto, evidenciando a necessidade de práticas que promovam autonomia leitora e permitam a construção de significados próprios. Cosson (2014,p.115) observa que “o leitor literário é aquele que interage com o texto de maneira crítica e criativa, construindo significados próprios e reconhecendo o papel da literatura na compreensão da realidade”. Nesse sentido, estratégias pedagógicas diversificadas, incluindo debates, dramatizações, resenhas e projetos coletivos, tornam a leitura mais significativa, conectam o aluno à obra e estimulam sua capacidade de análise crítica e reflexão.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a construção da autonomia leitora nos anos finais do Ensino Fundamental depende de uma articulação entre escola, família e sociedade, oferecendo ao estudante oportunidades concretas de engajamento com a literatura. Nesse processo, a mediação pedagógica, o estímulo familiar e a prática constante de leitura se mostram indispensáveis para que o aluno desenvolva competências interpretativas, pensamento crítico e capacidade de reflexão sobre o mundo. Como observa Colomer (2007, p. 51):

A leitura literária, quando mediada de maneira adequada, transforma-se em prática de formação integral do indivíduo. O professor não atua apenas como transmissor de conteúdos, mas como facilitador de experiências significativas, incentivando a exploração de múltiplos textos, autores e estilos. Essa mediação possibilita que o estudante construa sentidos próprios, dialogue com diferentes perspectivas e se torne leitor crítico e autônomo, capaz de interpretar e intervir na realidade social que o cerca.

Portanto, superar os obstáculos à leitura literária não se limita ao desenvolvimento técnico da habilidade de decodificação. Trata-se de formar sujeitos capazes de estabelecer relações entre textos e contexto social, refletir sobre diferentes pontos de vista, ampliar repertório cultural e interagir de maneira consciente, crítica e criativa com o mundo. A autonomia leitora, assim, constitui-se como ferramenta essencial para a construção de leitores críticos, independentes e conscientes de seu papel na sociedade, consolidando-se como meta central da prática pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental. Quando o espaço escolar valoriza a leitura e disponibiliza materiais que dialogam com diferentes interesses e realidades, os estudantes encontram maiores possibilidades de engajamento e envolvimento, fortalecendo suas experiências literárias e ampliando significativamente seu percurso formativo como leitores.

4. A LEITURA LITERÁRIA COMO INSTRUMENTO DE LEITORES AUTÔNOMOS

A leitura literária ocupa um papel central na formação de leitores autônomos porque, mais do que transmitir conteúdos, ela possibilita ao estudante experienciar a leitura como um ato de construção ativa de sentidos. Ao contrário dos textos informativos, cuja estrutura tende a ser objetiva e direcionada, a literatura se caracteriza pela abertura interpretativa, pela ambiguidade e pela presença de múltiplas camadas de significado. Essa natureza plural exige do leitor não apenas atenção e compreensão, mas também imaginação, inferência, posicionamento crítico e reflexão sobre as experiências humanas representadas nos textos. Além disso, a literatura oferece um espaço simbólico em que o estudante pode confrontar diferentes perspectivas, emoções e dilemas, construindo aos poucos uma postura mais sensível e reflexiva diante do mundo.

É justamente nesse espaço de liberdade interpretativa que a autonomia leitora se fortalece. A literatura convoca o estudante a fazer escolhas, sobre o que interpretar, como interpretar e por que interpretar, estimulando-o a estabelecer relações entre o texto, seu repertório cultural e o mundo que o cerca. A leitura deixa, então, de ser uma atividade meramente escolar ou voltada para avaliações e passa a configurar-se como uma prática intelectual e sensível, na qual o leitor exercita sua capacidade de pensar por si, formular hipóteses, sustentar argumentos e assumir uma postura crítica. Esse processo de tomada de decisões interpretativas é essencial para a autonomia, pois desloca o estudante de uma posição passiva para uma postura investigativa, em que ele se reconhece como sujeito capaz de produzir sentidos próprio

Ao envolver-se com narrativas complexas, personagens multifacetados e cenários ficcionais ricos em nuances, o estudante amplia sua visão de mundo, desenvolve empatia e aprofunda sua compreensão das dimensões sociais, culturais e subjetivas da experiência humana. Assim, a leitura literária não apenas enriquece o repertório cultural, mas também contribui para o desenvolvimento de um leitor capaz de interpretar o mundo com autonomia, consciência, profundidade, competências fundamentais para a formação integral nos anos finais do Ensino Fundamental.

Todavia, apesar de sua relevância, historicamente a literatura nem sempre ocupou um lugar de destaque nas práticas escolares. Em vários momentos, seu papel foi reduzido e submetido a uma lógica de escolarização que valorizava mais a reprodução de conteúdos do que a formação crítica do leitor. Esse cenário evidencia

que as políticas educacionais, os currículos e as práticas pedagógicas influenciam de forma significativa a concepção de leitura e de formação do leitor. A escola, muitas vezes pressionada por avaliações externas e pela necessidade de cumprir conteúdos, acaba reduzindo o texto literário à função de pretexto para exercícios mecânicos, afastando-o de sua dimensão estética e reflexiva.

Diante desse contexto, estudiosos da área ressaltam que a literatura é um elemento estruturante da formação humana e que seu afastamento dos espaços centrais da escola revela processos sociais e históricos mais amplos. Colomer (2007, p. 20) destaca que, ao longo do tempo, a literatura sempre desempenhou um papel formativo essencial, mas sua função foi sendo gradualmente diminuída devido às transformações do sistema educativo. Como afirma a autora:

As disciplinas que compõem a área de humanidades sempre sustentaram que a contribuição da literatura na construção social do indivíduo e da coletividade não apenas é essencial, mas simplesmente inevitável. E, no entanto, pode constatar-se que, a partir da Segunda Guerra Mundial, o sistema educativo foi diminuindo a importância que, em teoria, havia sido atribuída à literatura desde seus inícios e compartimentado seu uso. A perda de seu centralismo na escola não se deve, naturalmente, a uma espécie de obnubilação coletiva, mas foi o resultado de diferentes processos de mudança (Colomer, 2007, p. 20).

Entretanto, compreender a leitura literária como prática formativa exige reconhecer que ela não se desenvolve de modo neutro dentro da escola. O modo como a literatura é ensinada, ou limitada, influencia diretamente a construção da autonomia leitora. Chartier e Hébrard (1995), ao analisarem a crise do ensino literário, explicam que a escola historicamente oscilou entre dois modelos: um que tratava a leitura como atividade formativa guiada e centrada em textos literários, e outro marcado pelo discurso moderno de democratização da leitura, mais livre e não necessariamente orientada por finalidades pedagógicas. Essa tensão produziu mudanças importantes nas práticas escolares, levando, em muitos casos, à substituição da experiência estética do texto pelo uso da literatura como pretexto para exercícios gramaticais, análises estruturais ou atividades mecânicas de verificação da compreensão. Como resultado, a leitura literária passou a ser vista por muitos alunos como uma obrigação, e não como um espaço de descobertas, o que compromete sua função humanizadora.

Esse processo, que Cosson (2014) denomina “escolarização da literatura”, contribuiu para que muitos estudantes deixassem de perceber o texto literário como

objeto de fruição, imaginação e reflexão, passando a encará-lo apenas como instrumento para avaliação. Quando a literatura perde sua natureza artística e passa a ser tratada como conteúdo, o potencial emancipador da leitura é reduzido, e, conseqüentemente, limita-se a formação da autonomia leitora.

Ademais, é impossível falar em formação de leitores autônomos sem considerar o papel do professor como sujeito leitor. A mediação literária depende diretamente da relação que o docente estabelece com os livros, pois ninguém incentiva aquilo que não vivencia. Como destaca Colomer (2007), a leitura exige envolvimento pessoal, escolhas, preferências, sensibilidade, dimensões que não podem ser transmitidas apenas pela técnica. O professor que lê, que compartilha suas experiências, que demonstra curiosidade e entusiasmo diante dos textos, cria um ambiente de legitimação da leitura e inspira os estudantes a desenvolverem sua própria trajetória leitora. Assim, a autonomia não nasce apenas das estratégias pedagógicas, mas também do modelo de leitor que o professor encarna diante da turma.

Nesse sentido, a leitura literária não se restringe apenas às aulas de Língua Portuguesa. Embora essa disciplina seja o espaço tradicional de trabalho com literatura, sua prática pode e deve ser estendida a outras áreas do conhecimento, permitindo que o aluno perceba a leitura como ferramenta de compreensão, interpretação e reflexão em diversos contextos. Ao inserir atividades literárias em diferentes disciplinas, por meio de jogos, debates, produções criativas ou análises interdisciplinares, o professor amplia o interesse e o engajamento dos estudantes, mostrando que o conhecimento adquirido não se limita à escola, mas contribui para o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de dialogar com o mundo de forma consciente. Dessa forma, a leitura literária cumpre seu papel formativo pleno, consolidando-se como prática viva, significativa e emancipadora, capaz de transformar alunos em leitores autônomos, críticos e culturalmente engajados.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que a leitura literária ultrapassa a simples presença do texto nas aulas: ela atua como experiência cultural, estética e intelectual capaz de ampliar horizontes, provocar questionamentos e fortalecer a autonomia do estudante. Contudo, para que esse potencial se concretize, é necessário que a escola reconheça a literatura como prática viva e significativa, e não apenas como conteúdo curricular a ser cumprido. A formação de leitores autônomos

depende da forma como os textos circulam, são discutidos e apropriados pelos alunos, bem como da postura do professor enquanto mediador e leitor ativo. Promover um ambiente de leitura que valorize a curiosidade, o diálogo e o contato sensível com a obra literária é fundamental para despertar nos estudantes o desejo genuíno de ler e interpretar.

Assim, a leitura literária revela sua função formativa plena quando integrada a práticas pedagógicas que incentivam o contato sensível e reflexivo com o texto, estimulam a participação ativa do estudante e possibilitam a construção de significados próprios. Não se trata apenas de oferecer livros, mas de criar experiências reais em que os alunos se tornem leitores críticos, autônomos e engajados, capazes de interpretar, questionar e dialogar com a literatura de maneira consciente e criativa. É nesse espaço de descobertas, entre a imaginação, a reflexão e a ação, que a autonomia leitora se consolida, transformando a leitura em instrumento de formação integral, ampliando horizontes culturais, fortalecendo o pensamento crítico e abrindo caminhos para a compreensão e a transformação do mundo.

4.1 Estratégias pedagógicas de incentivo à leitura literária

O incentivo à leitura literária na escola não pode ser pensado como um conjunto de tarefas mecânicas, nem como uma simples exigência curricular que se encerra na aplicação de provas e atividades de interpretação. Antes de tudo, é preciso compreender que o contato dos estudantes com a literatura é um processo lento, gradual e profundamente influenciado pelas experiências que eles trazem de casa, pela cultura escolar e, principalmente, pelo modo como o professor se coloca diante da leitura.

Muitos alunos chegam aos anos finais do Ensino Fundamental com um histórico limitado de experiências literárias. Em grande parte das vezes, o que conhecem de leitura literária é aquilo que foi imposto pela escola: obras obrigatórias, capítulos selecionados, resumos, fichas de leitura ou atividades que tratam o texto literário apenas como pretexto para “treinar questões”. Essa abordagem restrita acaba afastando os estudantes, porque reduz a literatura ao cumprimento de tarefas e elimina justamente o que ela tem de mais potente: a possibilidade de provocar emoções, reflexões, identificação e prazer. Quando esse cenário se repete ano após ano, a leitura passa a ser percebida como obrigação, e não como experiência pessoal

significativa. Isso compromete diretamente a formação de leitores autônomos, pois a autonomia não nasce de ações impositivas, mas de práticas que convidam o estudante a construir sentidos próprios e a desenvolver interesse genuíno pelos textos.

Nesse contexto, Colomer (2007, p. 64) observa:

É notável o paradoxo de alguns adolescentes que constroem sua visão da literatura como uma 'matéria', quando se acham em uma etapa vital na qual se sentem particularmente ávidos desse encontro pessoal. Quando se lhes assegura que ler é prazeroso e interessante, provavelmente os alunos acreditam... apenas já decidiram que pode ser para os outros, mas que a literatura não serve para eles. Ninguém gostaria de assistir a um curso de pesca se não se sente pescador e pensa que jamais vai ser envolvido nessa atividade. A escola dedica grandes esforços para falar de livros e autores que, simplesmente, não fazem parte do mundo dos alunos. A barreira existente, então, é prévia e as possibilidades de êxito são bastante escassas. A conclusão é que meninas e meninos devem progredir neste aspecto, devemos dedicar tempo e programar atividades que favoreçam o interesse pessoal e estabeleçam essa conexão, fazendo com que se sintam pertencentes ao universo dos livros.

Por isso, quando pensamos em estratégias pedagógicas para incentivar a leitura, é fundamental partir da ideia de que ninguém desenvolve gosto literário de um dia para o outro. O encantamento pela leitura é construído aos poucos, a partir de vivências significativas, e essas vivências dependem do trabalho intencional do professor, mas também do ambiente leitor que cerca o estudante. Se a família não tem o hábito de ler ou não oferece referências, se a escola trata a leitura apenas como obrigação, ou se o professor não se posiciona como leitor, o aluno enfrenta ainda mais barreiras para se aproximar do universo literário.

Nesse sentido, o professor assume papel central. Não apenas como mediador, mas como leitor-modelo, capaz de demonstrar que a literatura faz parte da sua vida e que ela pode fazer parte da vida dos estudantes também. A figura do professor-leitor humaniza a prática pedagógica, porque demonstra que a leitura não é só um conteúdo escolar, e sim uma experiência viva. Da mesma forma, a escola precisa criar espaços reais de circulação literária, mostrando que o incentivo à leitura é um valor institucional, não uma prática isolada. Quando a instituição investe em projetos permanentes, momentos de leitura livre, acesso facilitado à biblioteca, rodas de leitura e atividades culturais, comunica ao estudante que a literatura é significativa e merece lugar de destaque no cotidiano escolar. Essas ações ampliam as oportunidades de

contato com diferentes obras e fortalecem a criação de trajetórias de leitura mais autônomas.

Assim, as estratégias de incentivo à leitura literária precisam ser pensadas a partir dessa compreensão ampliada: não basta apresentar livros; é necessário criar condições para que os estudantes estabeleçam uma relação autêntica com eles. Essa relação depende do diálogo entre escola, família e professor, da valorização da leitura como experiência estética e do reconhecimento de que cada estudante percorre seu próprio caminho de aproximação da literatura.

Entre as estratégias pedagógicas mais eficazes para incentivar a leitura literária, destaca-se a seleção cuidadosa de obras que sejam, ao mesmo tempo, culturalmente significativas e próximas do universo dos alunos. É essencial que o estudante se reconheça nas narrativas, identifique-se com personagens ou vivencie experiências que despertem sua curiosidade e interesse (Soares, 2009). Além disso, a prática de leitura compartilhada, em que o professor lê com os alunos e propicia momentos de discussão coletiva, promove a troca de interpretações, o diálogo crítico e o desenvolvimento de competências inferenciais e reflexivas (Solé, 1998). Tais práticas favorecem a construção de um espaço dialógico, no qual o estudante pode confrontar suas compreensões, ampliar perspectivas e desenvolver maior autonomia interpretativa, fortalecendo sua capacidade de se posicionar criticamente diante do texto.

Outro recurso importante consiste na diversificação de suportes e formatos de leitura. A literatura pode ser trabalhada não apenas por meio de livros impressos, mas também de narrativas digitais, *audiobooks*, quadrinhos e dramatizações. Essa multiplicidade de mídias não apenas aproxima os estudantes de diferentes estilos textuais, mas também favorece o engajamento, sobretudo daqueles que apresentam dificuldades de leitura tradicional (Cosson, 2014). O uso de diferentes suportes reconhece que as práticas culturais contemporâneas são plurais e que os estudantes já interagem com narrativas em diversos formatos fora da escola. Incorporar essa diversidade ao contexto escolar contribui para legitimar seus repertórios e ampliar suas formas de acesso à literatura.

Além disso, o incentivo à leitura literária pode ser fortalecido por meio de projetos interdisciplinares e atividades que promovam a produção de sentido, como debates, oficinas de escrita, resenhas críticas, dramatizações e clubes de leitura. Tais iniciativas permitem que os alunos se tornem protagonistas de suas experiências

literárias, assumindo papéis ativos na construção de interpretações e significados (Colomer, 2007). Esses projetos, quando contínuos e bem estruturados, contribuem para o desenvolvimento da autonomia leitora, pois estimulam o estudante a compreender que a leitura não se encerra no texto, mas se expande em práticas discursivas que envolvem argumentação, criatividade e reflexão.

Finalmente, é importante que todas essas estratégias estejam integradas a um ambiente escolar que valorize a leitura de forma contínua e significativa, em que a biblioteca e os espaços de leitura sejam acessíveis e estimulantes, e em que o professor atue como mediador e modelo leitor. Como enfatiza Chartier e Hébrard (1995), a mediação pedagógica é decisiva para transformar a leitura de obrigação em prática prazerosa e formativa, capaz de desenvolver leitores autônomos e críticos favorecendo um processo de aprendizagem em que o estudante passa a reconhecer o valor da leitura literária para além das exigências escolares.

4.2 O papel do professor como mediador

Para que a leitura literária contribua efetivamente para a formação de leitores autônomos, o professor precisa ser, antes de tudo, um leitor. Não basta exigir que os alunos cumpram tarefas ou obtenham boas notas; é necessário que o docente vivencie a leitura, compartilhe seu gosto pelos livros e estimule a curiosidade e a reflexão nos estudantes. Quando o professor demonstra seu envolvimento afetivo e intelectual com a leitura, cria um ambiente em que o aluno percebe a literatura como prática significativa e possível, reduzindo resistências e aproximando o estudante desse universo. Esse movimento, aparentemente simples, tem impacto direto na construção da autonomia leitora, pois o aluno tende a se identificar com modelos que demonstram autenticidade em suas práticas.

Paulo Freire (1996) destaca que o papel do educador não é transmitir conteúdos de forma mecânica, mas atuar como mediador do conhecimento, criando condições para que o aluno construa sentido e desenvolva sua autonomia. Nesse sentido, o professor-leitor serve como espelho para os estudantes: ao demonstrar entusiasmo, interpretar textos e discutir suas experiências literárias, ele mostra que ler vai além da obrigação escolar, sendo uma prática capaz de ampliar horizontes, provocar questionamentos e desenvolver o pensamento crítico. Assim, o docente não apenas apresenta a obra, mas revela como ela o afeta, compartilha suas

interpretações e convida os alunos a experimentarem essa mesma abertura para o texto literário, fortalecendo vínculos e despertando a curiosidade.

Além disso, o professor atua como mediador ao contextualizar as obras, relacionando-as às experiências dos alunos e estimulando a construção de significados próprios. Como Freire (1996, p. 80) afirma, “ensinar exige provocar no aluno a capacidade de pensar e refletir, e não apenas memorizar informações”. Ele transforma a leitura em diálogo entre o texto, o leitor, o mundo, e promove a compreensão de que a literatura não é apenas conteúdo curricular, mas instrumento de reflexão e formação pessoal. Essa capacidade de criar pontes entre a literatura e a realidade vivida pelos estudantes é determinante para que eles se reconheçam nos textos, compreendam sua relevância e exercitem a leitura como prática de liberdade, e não de mera reprodução.

Dessa forma, a autonomia leitora se fortalece quando o professor não apenas ensina, mas também exemplifica a prática da leitura, tornando-se referência, guia e parceiro no processo de descoberta literária. Essa mediação ativa é fundamental para que os alunos desenvolvam capacidade crítica, senso estético e habilidade de construir interpretações próprias, conforme defendido por Freire na concepção de educação libertadora. O professor, ao adotar essa postura participativa e investigativa, encoraja os estudantes a se posicionarem, questionarem e aprofundarem suas análises, favorecendo um percurso de leitura mais consciente e autônomo.

Além do papel de modelo e facilitador, o professor deve organizar estratégias que promovam a aproximação dos estudantes com a literatura de forma significativa. Uma abordagem eficaz consiste em articular atividades que combinem leitura individual, leitura compartilhada e discussão coletiva, possibilitando múltiplas perspectivas sobre o mesmo texto. Nessa dinâmica, o aluno não apenas compreende o conteúdo narrativo, mas também aprende a interpretar, questionar e relacionar as obras à sua experiência pessoal e social (Solé, 1998). Essa diversidade metodológica enriquece o contato com o texto, pois reconhece que cada aluno lê de maneira distinta e que sua interpretação adquire valor quando pode ser socializada e debatida.

A mediação pode incluir, por exemplo, rodas de leitura, debates sobre os dilemas dos personagens, produções de resenhas e oficinas de escrita criativa. Essas práticas favorecem o protagonismo do aluno, permitindo que ele expresse suas ideias, defenda opiniões, estabeleça conexões e perceba que sua interpretação é relevante no grupo. Como Cosson (2014, p. 115) ressalta:

Quando os alunos participam ativamente da leitura e da análise dos textos, desenvolvem não apenas a compreensão do conteúdo, mas também habilidades críticas, éticas e sociais, percebendo que a literatura é um espaço para experimentar, refletir e se posicionar diante do mundo.

Outro aspecto essencial é a seleção de obras que dialoguem com o universo dos alunos, respeitando seus interesses, experiências e contextos culturais. Freire (1996, p. 90) reforça que:

O educador deve situar o conteúdo do ensino dentro da realidade dos educandos, construindo pontes entre o conhecimento formal e as experiências vividas pelos alunos. Essa contextualização é determinante para que a aprendizagem seja significativa e emancipada, permitindo que o educando se veja como sujeito ativo do processo.

O professor, ao atuar como mediador, precisa também estimular a leitura como experiência prazerosa e não apenas como obrigação escolar. Para tanto, é importante diversificar os gêneros literários, propor leituras coletivas e individuais, incentivar debates, dramatizações, adaptações e outras atividades que estimulem a imaginação e a reflexão. Desse modo, o estudante percebe a leitura literária como algo vivo e próximo, reconhecendo seu valor não apenas acadêmico, mas pessoal e cultural. Essa valorização do prazer estético contribui para que o aluno desenvolva uma relação mais livre e espontânea com o texto, rompendo com a ideia de leitura exclusivamente escolarizada e aproximando-se de uma prática mais autêntica e duradoura.

Por fim, a mediação docente deve reconhecer que a autonomia leitora se constrói progressivamente. O incentivo à leitura exige paciência, observação e acompanhamento contínuo, de modo que o professor possa perceber as conquistas individuais e coletivas, ajustando as estratégias pedagógicas conforme o desenvolvimento dos alunos. Nesse processo, a literatura torna-se um instrumento de emancipação, diálogo e construção de sentido, consolidando a formação de leitores autônomos, críticos e engajados. Assim, o papel do professor como mediador vai além da instrução: ele se torna um facilitador de trajetórias leitoras, incentivando escolhas pessoais, valorizando percursos distintos e promovendo a leitura como prática de liberdade e crescimento humano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender que a leitura literária desempenha um papel decisivo na formação de leitores autônomos, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, período marcado por mudanças cognitivas, afetivas e socioculturais que influenciam profundamente a relação do estudante com a leitura. Partindo dos pressupostos teóricos analisados, percebeu-se que a autonomia leitora não é um resultado imediato, mas um processo construído gradualmente por meio de práticas sistemáticas, intencionais e mediadas no ambiente escolar.

No primeiro capítulo, ao explorar as concepções de autonomia na leitura literária, foi possível perceber que ser um leitor autônomo vai muito além de saber decodificar palavras. Trata-se de desenvolver capacidades como interpretar, questionar, relacionar informações, selecionar estratégias de compreensão e posicionar-se criticamente diante dos textos e do mundo. Os autores estudados evidenciam que autonomia implica consciência, responsabilidade e participação ativa no processo de leitura, dimensões que somente se consolidam quando o estudante tem acesso a experiências significativas e diversificadas.

No segundo capítulo, ao analisar os desafios enfrentados pelos estudantes nos anos finais, observou-se que questões como repertório limitado, dificuldades de interpretação, desmotivação e pouca familiaridade com textos literários constituem barreiras frequentes na construção da autonomia. Ficou evidente que tais dificuldades não podem ser compreendidas de forma isolada, mas como parte de um contexto mais amplo, que envolve fatores pedagógicos, sociais, culturais e institucionais. Assim, é tarefa da escola desenvolver práticas que rompam com modelos tradicionais de ensino pautados na fragmentação e na memorização, promovendo experiências que valorizem o sentido, a participação e o protagonismo do estudante.

O terceiro capítulo destacou o papel da leitura literária como instrumento fundamental de formação de leitores autônomos. Ao longo das análises, verificou-se que a literatura amplia horizontes, fomenta a imaginação, desenvolve a empatia e estimula o pensamento crítico, possibilitando ao estudante não apenas compreender textos, mas interpretar a realidade que o cerca. Além disso, o trabalho evidenciou que

estratégias pedagógicas bem planejadas e uma mediação docente qualificada contribuem diretamente para a formação de leitores capazes de estabelecer relações, formular hipóteses, debater ideias e reconhecer-se como sujeitos de leitura. Assim, a literatura se confirma como um espaço privilegiado de construção de sentidos e emancipação intelectual.

Diante desse percurso, conclui-se que a formação de leitores autônomos não é responsabilidade exclusiva da leitura literária, mas ela ocupa uma posição central nesse processo pela sua capacidade de despertar o interesse, criar vínculos afetivos, ampliar o repertório cultural e promover a reflexão crítica. A escola, portanto, precisa garantir práticas leitoras constantes, significativas e humanizadoras, que considerem a diversidade dos estudantes, seus ritmos, interesses e experiências. Da mesma forma, o professor deve assumir o papel de mediador sensível, que orienta, provoca, incentiva e cria condições para que o estudante se torne autor de seu próprio percurso de leitura.

Por fim, acredita-se que este estudo contribui para reafirmar a importância da literatura no contexto escolar, especialmente em uma sociedade marcada por múltiplos discursos, informações rápidas e consumo superficial de textos. Investir na leitura literária é investir na formação de sujeitos críticos, sensíveis e conscientes de seu papel no mundo. Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem as práticas pedagógicas inovadoras, investiguem políticas de incentivo à leitura e analisem os impactos da mediação docente em diferentes contextos escolares. Assim, será possível avançar na construção de caminhos que fortaleçam, cada vez mais, a autonomia leitora dos estudantes e o compromisso da escola com uma educação humanizadora e transformadora.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 24. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. *Vários escritos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CHARTIER, Anne; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura**. São Paulo: Ática, 1995.

COLOMER, T. **A formação do leitor literário**. São Paulo: Global, 2007a.

COLOMER, T. **A formação do leitor literário**: narrativa infantil e juvenil hoje. [S.l.]: Global, 2003.

COLOMER, T. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. São Paulo: [s.n.], 2007b.

COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2009.

COSSON, R. **Paradigmas do ensino de literatura**. São Paulo: Contexto, 2020.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artemed, 1998.

SOLÉ, I. **Ler para aprender:** compreensão e estratégias. Porto Alegre: Artemed, 1998.

ZIBERMAN, Regina. **Leitura e interpretação de textos literários.** São Paulo: Moderna, 1988.

ZIBERMAN, Regina. **Leitura:** teoria, prática e formação do leitor. São Paulo: Ática, 1988.

ZIBERMAN, Regina. **A literatura e a formação do leitor.** São Paulo: Moderna, 1993.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o leitor: formação e recepção.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ZIBERMAN, Regina. **Literatura e pedagogia:** ponto & contraponto. 2. ed. São Paulo: Global Editora , 2008.